



RESULTADOS 3T17

taesa 

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 2017

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa” ou “Companhia”; BM&FBovespa: TAEE11), um dos maiores grupos concessionários de transmissão de energia elétrica do país, anuncia hoje seus resultados do terceiro trimestre de 2017.

As informações financeiras intermediárias consolidadas da Companhia são elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, definidas neste documento como Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente. A apresentação destas informações está condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

O Resultado Regulatório a seguir apresentado também foi preparado com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado e os efeitos decorrentes da aplicação do ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) são eliminados, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação. É importante mencionar que o Resultado Regulatório não é auditado.

Para facilitar o entendimento das informações apresentadas neste documento, os termos associados às palavras Regulatório(a) e IFRS seguem os mesmos princípios e estrutura definidos acima para o Resultado Regulatório e Resultado IFRS, respectivamente.

Em linha com as normas contábeis, a Taesa não consolida proporcionalmente as empresas investidas em conjunto e coligadas. Desta forma, os resultados da ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguaçu, ERB1 e do grupo TBE são contabilizados na linha de equivalência patrimonial tanto no Resultado IFRS quanto no Regulatório.

A declaração de dividendos da Taesa é feita com base no Resultado IFRS revisado pelo auditor.

Teleconferência em Português

9 de novembro de 2017
Quinta-feira
Brasília 14h
Nova York 11h

Tel: + 55 11 3127-4971 ou
+ 55 11 3728-5971
Dial in: 1 516 300 1066
Senha: Taesa

Marco Antônio Resende Faria

CEO

Marcus Pereira Aucélio

CFO e DRI

Cristiano Prado Grangeiro

Gerente de RI

Contato RI

investor.relations@taesa.com.br

Telefone

55 21 2212 6060

Desempenho consistente e sólida geração de caixa operacionais

A Taesa continua apresentando um sólido e consistente desempenho operacional ao longo de 2017. Nos primeiros nove meses deste ano, a taxa de disponibilidade das linhas de transmissão da Taesa foi de 99,99% e a Parcela Variável (PV) totalizou R\$ 9,3 MM (um desconto equivalente a 0,7% da RAP consolidada da Companhia), apresentando uma redução de 58,2% quando comparada a PV registrada no mesmo período de 2016.

Adicionalmente, a Companhia vem mantendo forte geração de caixa, como resultado da disciplina financeira e foco na eficiência operacional. A posição de caixa da Taesa chegou a mais de R\$ 1 bilhão ao fim de setembro de 2017. Como consequência, a dívida líquida ficou em R\$ 2,4 bilhões e a relação Dívida Líquida / EBITDA caiu para 1,6x ao fim deste trimestre, comprovando a velocidade com que a Companhia é capaz de desalavancar.

O lucro líquido em IFRS do 3T17 totalizou R\$ 97,3 MM, redução de 55,3% em relação ao 3T16, explicada basicamente pela diferença ainda significativa dos índices macroeconômicos, IGP-M e IPCA, registrada entre os períodos. No 3T17, o IGP-M apresentou deflação acumulada de 1,28% e o IPCA acumulou 0,20% de inflação. No mesmo período de 2016, o IGP-M acumulado foi 2,02% e o IPCA ficou em 1,32%. É importante destacar que, mesmo com essa queda anual, já foi possível observar uma melhora sequencial de 35,1% do lucro líquido como consequência do aumento da inflação, principalmente do IGP-M, nos últimos meses.

No 3º trimestre de 2017, o EBITDA Regulatório da Companhia totalizou R\$ 362,6 MM, 8,4% menor que o registrado no mesmo período de 2016. A margem EBITDA Regulatória ficou em 86,9% no trimestre e 88,6% no acumulado do ano. A redução na RAP de duas concessões que atingiram o 16º ano de operação (TSN e ETEO) e alguns custos não recorrentes foram as principais razões para a redução no período. Excluindo esses eventos pontuais, a margem EBITDA ficaria em 88,0% neste trimestre.

Em outubro, a Taesa emitiu R\$ 542,7 MM em debêntures, sendo R\$ 255 MM a IPCA + 4,41% pelo prazo de 7 anos para financiar os projetos de Mariana e Miracema, uma das melhores condições alcançadas por uma debênture de infraestrutura nesse mercado. Com isso, a Companhia consegue aportar o equity dos projetos por meio deste financiamento na holding a um custo mais baixo, alavancando os retornos de ambos.

Vale destacar que a Companhia detém atualmente 7 empreendimentos em construção, adquiridos via leilão, que juntos representam mais de R\$ 4,6 bilhões em investimentos e um total de R\$ 825 milhões em Receita Anual Permitida.

Por fim, a Companhia distribuiu, em 31 de agosto, R\$ 69,9 MM a título de dividendos e JCP com base no resultado do segundo trimestre de 2017, adicionalmente ao montante total de R\$ 352,9 MM pagos em maio deste ano referentes aos resultados do quarto trimestre de 2016 e do primeiro trimestre de 2017.

Principais Indicadores do Terceiro Trimestre de 2017

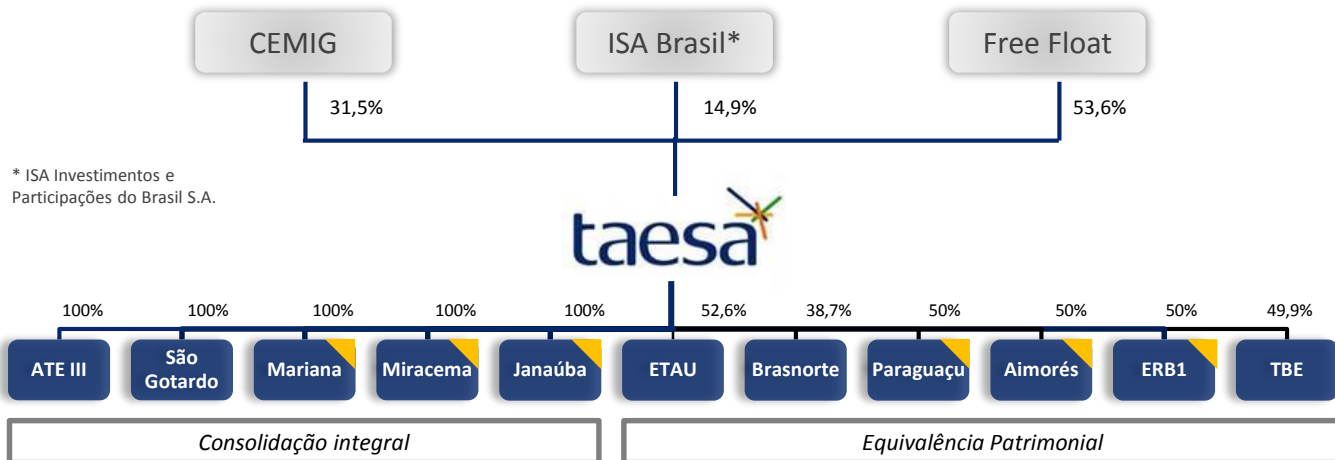
R\$ MM	Consolidado					
	3T17	3T16	Var.%	9M17	9M16	Var.%
Receita Líquida Reg.	417,0	436,7	-4,5%	1.289,3	1.236,0	4,3%
EBITDA Reg.	362,6	395,7	-8,4%	1.142,2	1.104,4	3,4%
Margem EBITDA Reg.	86,9%	90,6%	-3,7 pp	88,6%	89,4%	-0,8 pp
Receita Líquida IFRS	214,9	364,6	-41,1%	716,5	1.092,9	-34,4%
Lucro Líquido IFRS	97,3	217,6	-55,3%	370,7	678,4	-45,4%
Dívida Líquida	2.439,3	3.087,0	-21,0%	2.439,3	3.087,0	-21,0%

R\$ MM	Consolidado e Participações					
	3T17	3T16	Var.%	9M17	9M16	Var.%
Receita Líquida Reg.	522,0	557,1	-6,3%	1.633,7	1.472,5	10,9%
EBITDA Reg.	457,1	504,8	-9,5%	1.456,3	1.408,5	3,4%
Margem EBITDA Reg.	87,6%	90,6%	-3,0 pp	89,1%	95,7%	-6,5 pp

1. Visão Geral	5
1.1 Estrutura Societária	5
2. Desempenho Econômico-Financeiro	6
2.1 Desempenho Operacional	6
2.2 Ciclo da RAP	7
2.3 Receita Líquida IFRS	9
2.4 Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS	10
2.5 EBITDA / Margem EBITDA IFRS	10
2.6 Receita Líquida Regulatória	11
2.7 Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios	11
2.8 EBITDA / Margem EBITDA Regulatório	12
2.9 Resultado Equivalência Patrimonial	13
2.10 Resultado Financeiro Líquido	14
2.11 Impostos	15
2.12 Lucro Líquido	17
2.13 Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio	18
2.14 Endividamento	19
3. Demonstrações Financeiras	21
3.1 Detalhamento das Receitas IFRS	21
3.2 Movimentação do Ativo Financeiro	22
3.3 Demonstrações do Resultado (IFRS e Regulatório)	23
3.4 Reconciliação do EBITDA	26
3.5 Balanço Patrimonial Taesa	27
3.6 Balanço Patrimonial TBE	28
3.7 Fluxo de Caixa	29

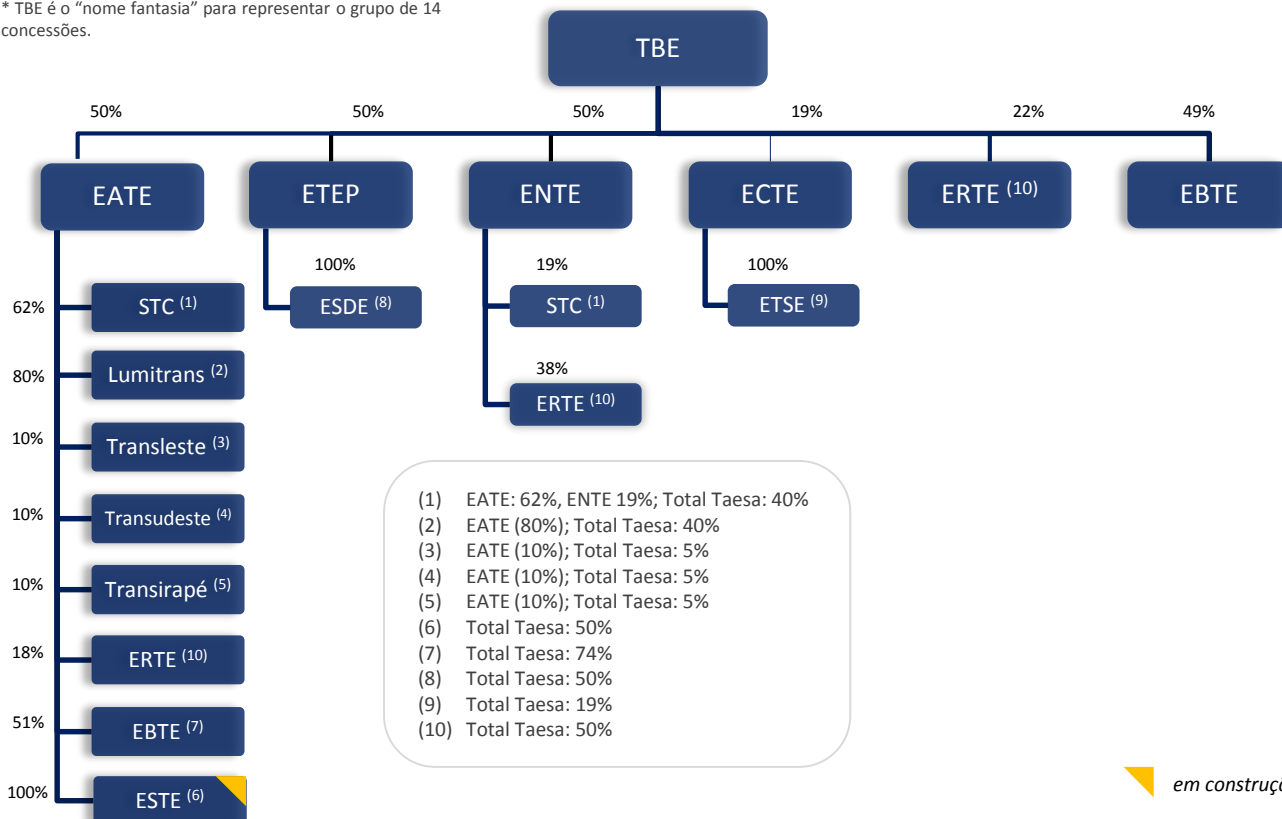
Estrutura Societária

As 34 concessões/participações de transmissão detidas pela Taesa estão segregadas em: (i) 10 concessões que compõem a empresa holding (TSN, NVT, ETEO, GTESA, PATESA, Munirah, NTE, STE, ATE e ATE II), (ii) 5 investidas integrais (ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema e Janaúba) e (iii) 19 participações (ETAU, Brasnorte, Paraguaçu, Aimorés, Paraguaçu, ERB1 e TBE).



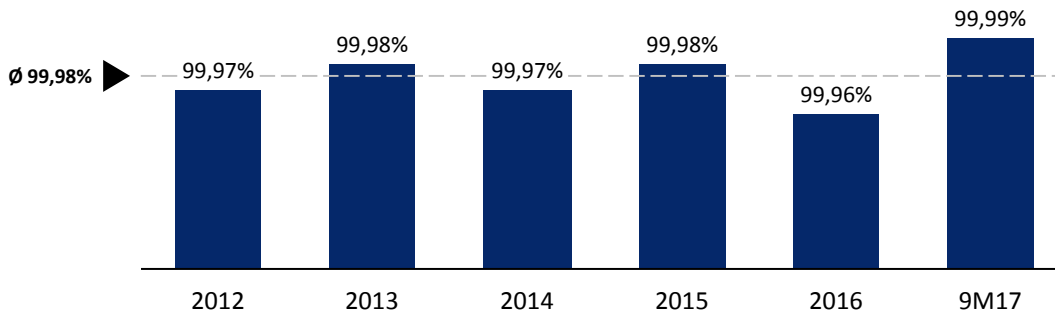
Estrutura Societária da TBE*

* TBE é o "nome fantasia" para representar o grupo de 14 concessões.



Desempenho Operacional

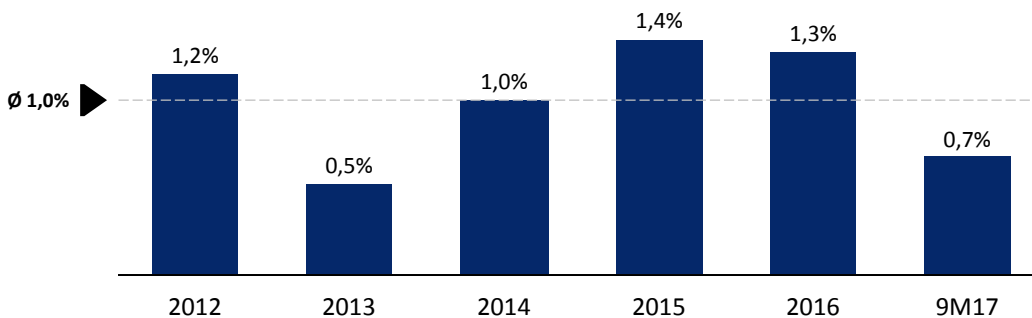
Com um desempenho operacional consistente ao longo dos anos, a Taesa apresentou, no acumulado de janeiro à setembro de 2017, uma taxa média consolidada de Disponibilidade da Linha de 99,99%, conforme gráfico abaixo, que apresenta o desempenho consolidado da Taesa, portanto, não considerando ETAU, Brasnorte e TBE.



A taxa de Disponibilidade da Linha é uma medida de tempo, sendo estritamente um indicador operacional. O cálculo consiste em: número de horas que a linha fica disponível, dividido pelo número de horas contida em 1 ano (8.760 horas), medido por trechos de 100km

$$\sum \frac{(\text{Extensão da Linha} \times \text{horas disponíveis})/100}{(\text{Extensão da Linha} \times 8.670 \text{ horas})/100} \times 100$$

O indicador que mostra o impacto da indisponibilidade da linha de transmissão na demonstração de resultados da empresa é a parcela variável (PV). Devido ao comportamento variável da PV no curto prazo, a melhor maneira de entender o desempenho da Companhia é analisar o valor da PV dividido pela RAP, conforme gráfico abaixo.



A PV de R\$ 1,7 MM do 3T17 foi ocasionada, principalmente, por: (i) Desligamento de emergência do Banco de Capacitores Série INCL7-01 da SE Itacaiúnas, devido problemas no resistor de amortecimento da Fase A (ATE III); (ii) Desligamento em emergência do reator RE4 da LT 500 kV Assis-Taquaruçu, na SE Assis, devido baixo nível de óleo e atuação do relé Buchholz (ETEO); (iii) Desligamento programado da LT 500 kV Gurupi-Miracema C2 para realização de inspeção interna do DJ MCDJ7-16 (SE Miracema) Fase B, devido suspeita de falha interna ocorrida em 14/05/2017 (Novatrans); e (iv) Desligamento automático da LT 500 kV Serra da Mesa-Gurupi C2, devido ocorrência de queimada na região (Novatrans).

Ciclo da RAP 2017-2018

No dia 27 de junho de 2017, a ANEEL publicou a resolução homologatória REH 2.258/17 que estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas (RAP) das concessões de transmissão para o ciclo 2017-2018, passando a valer a partir de 1º de julho de 2017. As concessões ajustadas pelo IGP-M (Categoria II) sofreram um reajuste de aproximadamente 1,6% e as concessões ajustadas pelo IPCA (Categoria III) sofreram um reajuste de aproximadamente 3,6%.

RAP (R\$ MM)	Ciclo 2016-2017	Ciclo 2017-2018
Ajuste IGP-M	11,1%	1,6%
Novatrans	512,2	517,2
TSN ²	494,9	427,9
Munirah	35,9	36,5
GTESA	9,2	9,4
PATESA	23,9	25,0
ETAU ¹	22,4	24,2
ETEO	112,8	88,1
NTE	151,0	153,4
STE ²	80,3	81,6
ATE I	146,7	149,0
ATE II ²	226,7	230,3
EATE ¹	211,1	177,1
ETEP ¹	48,3	28,2
ENTE ¹	110,8	112,6
ECTE ¹	15,2	9,1
ERTE ¹	24,9	25,3
Lumitrans ¹	10,5	10,7
Transleste ¹	2,0	2,0
Transirapé ¹²	1,5	1,7
Transudeste ¹	1,2	1,3
Subtotal	2.241,5	2.110,3
Ajuste IPCA	9,3%	3,6%
ATE III ³⁵	112,2	116,3
São Gotardo ³	5,0	5,2
Mariana ³⁴	13,9	14,3
Miracema ³⁴	61,3	63,5
Janaúba ³⁴	174,6	180,9
Aimorés ¹³⁴	35,7	37,0
Paraguaçu ¹³⁴	53,3	55,2
Brasnorte ¹²³	9,7	10,1
STC ¹³⁵	16,6	17,6
EBTE ¹²³	33,1	34,3
ESDE ¹³	6,3	6,5
ETSE ¹³	4,1	3,7
ESTE ³⁴	50,5	52,3
ERB1 ¹³⁴		138,5
Subtotal	576,3	735,4
Total	2.818	2.846

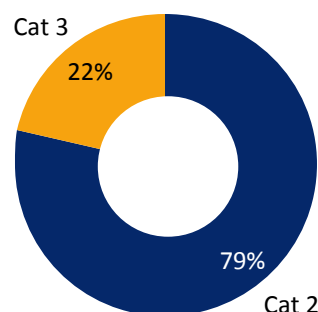
Considerando as concessões controladas, investidas em conjunto e coligadas¹, a RAP total (operacional e em construção) da Taesa para o ciclo 2017-2018 é de R\$ 2.846 MM, sendo 60% no nível da *holding*. Como 7 concessões ainda estão em fase de construção (Mariana, Miracema, Janaúba, Paraguaçu, Aimorés, ESTE e ERB1), a RAP operacional da Taesa para o ciclo 2017-2018 ficou em R\$ 2.304 MM.

O reajuste da RAP para o ciclo 2017-2018 foi diferente da inflação nas seguintes concessões: (i) **Novatrans** considerou redução de 50% em parte de suas funções e entrada em operação de um reforço; (ii) **TSN**, **EATE** e **EETEP** consideraram redução de 50% da RAP em todas as suas funções; (iii) **EATE** também considerou revisão tarifária em um reforço; (iv) **EETEO** e **ECTE** apresentaram redução plena de 50% da RAP em sequência à redução parcial apresentada no ciclo anterior (2016-2017); (v) **PATESA**, **ETAU** e **Transirapé** apresentaram entrada em operação de reforços; (vi) **ETSE** considerou revisão tarifária em maio de 2018; e (vii) **STC** apresentou entrada em operação antecipada de reforços em jul/16 (previstos para nov/16) e efeito de revisão tarifária.

A concessão ERB1 foi adquirida (50% de participação) no leilão de transmissão nº 005/2016, em 24 de abril de 2017.

Os valores publicados de RAP das concessões ATE III, São Gotardo, Mariana, Miracema, Janaúba, Aimorés, Paraguaçu, Brasnorte, EBTE, STC, ESDE, ETSE, ESTE e ERB1 devem ser adicionados de PIS/COFINS.

RAP por Categoria



¹ Valor de RAP proporcional a participação da Taesa em julho de 2017

² Incluindo os projetos de reforços

³ Adicionar PIS/COFINS

⁴ Em construção

⁵ Concessão de Categoria II com ajuste pelo IPCA

■ Redução de 50% da RAP

A Nota Técnica nº 183/2017-SGT/ANEEL, de 22/06/2017, homologada pelo REH nº 2.258 de 27/06/2017, estabeleceu as receitas anuais permitidas (“RAP”) vinculadas às instalações de transmissão sob responsabilidade de concessionárias de transmissão para o ciclo 2017-2018.

Os contratos de concessão de transmissão licitados entre 1999 e 2006 (Categoria II) preveem a redução de 50% da RAP (Rede Básica) a partir do 16º ano de operação comercial das instalações. Dado que os contratos de concessão possuem instalações cuja parcela de RAP associada será reduzida em 50% em datas distintas ao longo do ciclo 2017-2018, foi calculada uma RAP equivalente a ser recebida pelas concessionárias ao longo do referido ciclo considerando os valores pro-rata das parcelas de RAP sem redução, de 1/7/2017 até a data de fim do 15º ano de operação comercial das instalações, e os valores pro-rata das parcelas de RAP com redução de 50%, a partir da data de início do 16º ano de operação comercial das instalações até 30/6/2018.

Para os ciclos 2016-2017 e 2017-2018, seis concessões atingiram ou irão atingir o 16º ano de operação:

- **Novatrans:** 6 funções de transmissão (representando 16,3% da RAP da Novatrans) entrarão no 16º ano de operação em 3/6/2018. No ciclo 2018-2019, as demais funções de transmissão da Novatrans atingirão o 16º ano de operação: 7 funções (19,4% da RAP) em 8/12/2018; 8 funções (19,1% da RAP) em 23/12/2018; e 18 funções (45,2% da RAP) em 8/4/2019.
- **TSN:** 47 funções de transmissão (representando 93,7% da RAP da TSN) entrarão no 16º ano de operação em 4/3/2018; 2 funções (4,2% da RAP) em 5/4/2018; 4 funções (0,7% da RAP) em 22/5/2018; e 8 funções (1,4% da RAP) em 3/6/2018.
- **EATE:** 5 funções de transmissão (representando 19,4% da RAP da EATE) entrarão no 16º ano de operação em 1/2/2018; 10 funções (46,5% da RAP) em 20/2/2018; e 7 funções (34,1% da RAP) em 10/3/2018.
- **ETEO:** 13 funções de transmissão (representando 100% da RAP da ETEO) entraram no 16º ano de operação em 19/10/2016.
- **ETEP:** 4 funções de transmissão (representando 100% da RAP da ETEP) entraram no 16º ano de operação em 25/8/2017.
- **ECTE:** 3 funções de transmissão (representando 70,4% da RAP da ECTE) entraram no 16º ano de operação em 9/3/2017; e 4 funções (29,6% da RAP) em 26/3/2017.

Receita Líquida IFRS

A Receita Líquida IFRS do 3T17 foi de R\$ 214,9 MM, 41,1% abaixo do 3T16. Assim como no trimestre anterior, os menores índices de inflação registrados no 3T17 em relação ao 3T16 foram o principal fator de impacto desta queda.

Considerando a previsibilidade do reajuste inflacionário da receita da Companhia, que é assegurado no contrato de concessão, a Taesa reconhece estes efeitos mensalmente. Dessa forma, o efeito inflacionário é diluído mês a mês considerando-se a inflação em IGP-M ou IPCA verificada no mês anterior.

Os índices utilizados para a correção monetária do terceiro trimestre de 2017 foram: IGP-M de -0,66%, -0,72% e 0,10% e o IPCA de -0,23%, 0,24% e 0,19%, para os meses de junho, julho e agosto de 2017, respectivamente. No terceiro trimestre de 2016, o IGP-M apurado foi de 1,68%, 0,18% e 0,15%, e o IPCA 0,35%, 0,52% e 0,45% para os respectivos meses.

R\$ MM	Consolidado			Consolidado e Participações		
	3T17	3T16	Var.%	3T17	3T16	Var.%
Receita Líquida IFRS						
Operação e Manutenção	139,8	137,5	1,7%	155,3	152,5	1,8%
Remuneração do Ativo Financeiro	137,9	161,9	-14,8%	176,7	204,5	-13,6%
Ativo Financeiro - Correção Monetária	(43,8)	86,6	-	(65,1)	133,0	-
Construção	16,2	19,8	-18,5%	16,9	24,2	-30,2%
Total da Receita IFRS	250,1	405,9	-38,4%	283,8	514,2	-44,8%
Parcela Variável	(1,7)	(1,9)	-7,3%	(3,9)	(1,3)	192,8%
Outras Receitas	(4,1)	1,4	-	(0,2)	5,8	-
Total Receita Bruta	244,3	405,4	-39,7%	279,7	518,7	-46,1%
PIS e COFINS	(9,5)	(19,8)	-52,0%	(11,3)	(24,9)	-54,7%
ISS	(0,04)	(0,02)	54,2%	(0,04)	(0,02)	54,2%
Encargos Setoriais	(19,8)	(21,0)	-5,5%	(24,3)	(26,1)	-6,8%
Total Deduções	(29,4)	(40,8)	-28,0%	(35,6)	(51,0)	-30,1%
Total Receita Líquida	214,9	364,6	-41,1%	244,1	467,7	-47,8%

A variação anual e a composição da receita líquida da Taesa refletem, principalmente, os seguintes aspectos:

- **Receita de O&M:** A variação positiva de 1,7% na comparação entre o 3T17 e o 3T16 se deve ao reajuste inflacionário do ciclo 2017-18 de 1,6% no IGP-M e 3,6% no IPCA.
- **Remuneração do Ativo Financeiro:** Calculada pela multiplicação da taxa de retorno (TIR) sobre o saldo do ativo financeiro. A queda anual de 14,8% entre os períodos se deve, basicamente, à amortização do ativo financeiro pelos recebimentos e à correção monetária negativa do ativo financeiro registrada entre os meses de maio e agosto de 2017 – ambos fatores reduzem o saldo do ativo financeiro.
- **Correção Monetária do Ativo Financeiro:** Baseada no reajuste mensal pela inflação. Assim como foi observado no 2T17, a variação entre o 3T17 e o 3T16 se deve à diferença ainda expressiva entre os valores dos índices macroeconômicos registrados nesses dois trimestres, principalmente para o IGP-M. Em 2017, entre os meses de junho a agosto (base para a correção monetária do 3T17), o IGP-M acumulado foi -1,28% e o IPCA 0,20%. No mesmo período em 2016, o IGP-M acumulado foi 2,02% e IPCA 1,32%.
- **Receita de Construção:** A variação anual negativa de R\$ 3,7 MM se deve, principalmente, aos custos de construção relativos a melhorias e reforços no 3T16 para as concessões Novatrans, ETEO, NTE e Patesa, conseqüentemente, gerando receita de construção naquele período. A receita registrada no 3T17 é proveniente, principalmente, das construções em Mariana, Miracema e Janaúba.
- **Parcela Variável (PV):** Queda anual de 7,3% explicada pela melhora do desempenho operacional da Taesa.
- **Outras Receitas:** A queda anual se deve à revisão tarifária de reforços na TSN correspondente ao ano de 2014, que foi aplicada somente em 2016 com base na Nota Técnica nº 196/2016-SGT/ANEEL, cujos acertos, retroativos a 2014, foram realizados em duas parcelas, uma no ciclo 2016-2017 (4T16) e outra no ciclo 2017-2018 (3T17).
- **Deduções:** Queda de 28,0% na comparação anual em função, principalmente, da redução do PIS/COFINS que seguiu a redução da receita bruta IFRS (tributo varia de acordo com cada concessão – vide página 16).

Custos, Despesas, Depreciação e Amortização IFRS

Custos, Despesas e D&A totalizaram R\$ 81,2 MM no 3T17, 20,5% acima na comparação anual, motivada por alguns efeitos pontuais.

As variações nos custos IFRS, na comparação anual, foram ocasionadas principalmente pelos seguintes eventos: (i) aumento de 22,1% na linha de pessoal em razão da capitalização dos custos com pessoal do 1º semestre de 2016 nos projetos de manutenção, reforços e melhorias, registrada no 3T16, do reajuste salarial dos funcionários pelo acordo coletivo, e da rescisão de 3 executivos em regime estatutário-celetista para contratação pelo regime estatutário puro; (ii) custos com a 4ª emissão de debêntures e maiores gastos com outros serviços de terceiros (vigilância, limpeza de faixa e viagens); e (iii) aumento na linha de Outros em razão da realocação dos custos de indenização de faixa de servidão para custo de construção, ocorrida no 3T16, e ao crescimento dos custos relacionados a leis de incentivos fiscais (Lei Rouanet, Lei de Incentivo aos Esportes e outros). Na linha de Material, a queda dos custos de construção foi compensada pelo aumento dos custos de O&M.

Os custos e despesas IFRS da TBE, ETAU e Brasnorte totalizaram no trimestre R\$ 9,9 MM (-20,6% vs 3T16), R\$ 1,1 MM (-68,1% vs 3T16) e R\$ 0,5 MM (-41,2% vs 3T16), respectivamente.

R\$ MM	Consolidado			Consolidado e Participações		
	3T17	3T16	Var.%	3T17	3T16	Var.%
Custos, Despesas e D&A IFRS						
Pessoal	(31,7)	(25,9)	22,1%	(36,0)	(30,3)	19,0%
Material	(26,5)	(26,4)	0,4%	(27,9)	(32,2)	-13,6%
Serviços de Terceiros	(14,3)	(13,1)	8,7%	(19,3)	(18,7)	2,9%
Outros	(7,8)	(1,2)	535,9%	(8,7)	(2,3)	273,8%
Total	(80,3)	(66,7)	20,3%	(91,8)	(83,6)	9,9%
Depreciação e Amortização	(0,9)	(0,7)	34,4%	(1,2)	(0,9)	33,7%
Total	(81,2)	(67,4)	20,5%	(93,0)	(84,5)	10,1%

EBITDA / Margem EBITDA IFRS

EBITDA IFRS no 3T17 totalizou R\$ 134,6 MM com margem EBITDA de 62,6%.

A queda do EBITDA IFRS, na comparação entre o 3T16 e o 3T17, é explicada, principalmente, pela diferença nos índices macroeconômicos, tanto no IGP-M e quanto no IPCA, registrada entre estes períodos, que impactou a receita de Correção Monetária do Ativo Financeiro, conforme descrito na seção da Receita Líquida IFRS (página 9).

O EBITDA IFRS da TBE foi R\$ 15,1 MM (-81,1% vs 3T16), da ETAU R\$ 1,2 MM (-65,3% vs 3T16) e da Brasnorte R\$ 1,3 MM (-53,9% vs 3T16).

O EBITDA IFRS não é uma medida que reflete a geração de caixa operacional da Companhia, uma vez que o padrão IFRS gera um descolamento entre DRE e Fluxo de Caixa.

R\$ MM	Consolidado			Consolidado e Participações		
	3T17	3T16	Var.%	3T17	3T16	Var.%
EBITDA IFRS						
Receita Líquida	214,9	364,6	-41,1%	244,1	467,7	-47,8%
Custos e Despesas	(80,3)	(66,7)	20,3%	(91,8)	(83,6)	9,9%
EBITDA	134,6	297,9	-54,8%	152,2	384,1	-60,4%
Margem EBITDA	62,6%	81,7%	-19,1 pp	62,4%	82,1%	-19,8 pp

Receita Líquida Regulatória

Receita Líquida Regulatória no 3T17 totalizou R\$ 417,0 MM, 4,5% menor que no 3T16.

A Receita Líquida Regulatória não é impactada pelo reconhecimento dos efeitos inflacionários descrito na seção da Receita Líquida IFRS (página 9), visto que este reconhecimento é uma definição contábil do IFRS sobre a correção monetária do ativo financeiro que influencia, portanto, apenas a Receita Líquida IFRS.

A variação negativa na linha da RAP se deve, principalmente, pela redução de 50% da RAP na TSN (que atinge o 16º ano de operação no ciclo 2017-2018) e como reflexo da queda de 50% da RAP na ETEO no ciclo anterior (2016-2018), cujo impacto na RAP consolidada foi reduzido em parte pelo reajuste da inflação no ciclo 2017-2018. Além disso, a linha de Outras Receitas sofreu o impacto da revisão tarifária de reforços na TSN, conforme mencionado anteriormente. Estes efeitos foram os principais responsáveis pela redução de 4,5% na Receita Líquida Regulatória.

R\$ MM	Consolidado			Consolidado e Participações		
	3T17	3T16	Var.%	3T17	3T16	Var.%
Receita Líquida Regulatória						
RAP Concessionárias	463,1	480,8	-3,7%	575,7	606,9	-5,1%
PV	(1,7)	(1,9)	-7,3%	(3,9)	(1,3)	192,8%
Receita do Serviço	461,3	478,9	-3,7%	571,7	605,5	-5,6%
Outras Receitas	(4,1)	1,4	-	(0,2)	5,8	-
Total Receita Bruta	457,2	480,3	-4,8%	571,5	611,3	-6,5%
PIS e COFINS	(20,3)	(22,6)	-10,0%	(25,2)	(28,0)	-10,1%
ISS	(0,04)	(0,02)	54,2%	(0,04)	(0,02)	54,2%
Encargos Setoriais	(19,8)	(21,0)	-5,5%	(24,3)	(26,1)	-6,8%
Total Deduções	(40,2)	(43,6)	-7,8%	(49,6)	(54,1)	-8,4%
Total Receita Líquida	417,0	436,7	-4,5%	522,0	557,1	-6,3%

Custos, Despesas, Depreciação e Amortização Regulatórios

Custos, Despesas e D&A totalizaram R\$ 101,7 MM no 3T17, 11,2% maior quando comparado ao 3T16.

As diferenças entre os Resultados Regulatório e IFRS, na linha de custos, despesas e D&A, são observadas nas despesas com material e em depreciação e amortização. O Resultado IFRS contabiliza o investimento na construção de novos ativos, reforços e melhorias como despesas com material, ao mesmo tempo em que capitaliza a receita de construção no ativo financeiro. Já o Resultado Regulatório deprecia o investimento imobilizado.

Conforme explicado anteriormente, as variações nos custos entre o 3T17 e o 3T16 são explicadas principalmente pelos seguintes eventos: (i) aumento de 22,1% na linha de pessoal em razão da capitalização dos custos com pessoal do 1º semestre de 2016 nos projetos de manutenção, reforços e melhorias, registrada no 3T16, do reajuste salarial dos funcionários pelo acordo coletivo, e da rescisão de 3 executivos em regime estatutário-celetista para contratação pelo regime estatutário puro; (ii) custos com a 4ª emissão de debêntures e maiores gastos com outros serviços de terceiros (vigilância, limpeza de faixa e viagens); (iii) aumento na linha de Outros em razão da realocação dos custos de indenização de faixa de servidão para custo de construção, ocorrida no 3T16, e ao crescimento dos custos relacionados a leis de incentivos fiscais (Lei Rouanet, Lei de Incentivo aos Esportes e outros); e (iv) queda na linha de depreciação e amortização provocada, principalmente, por baixas no imobilizado durante o ano de 2017.

R\$ MM	Consolidado			Consolidado e Participações		
	3T17	3T16	Var.%	3T17	3T16	Var.%
Custos, Despesas e D&A Regulatório						
Pessoal	(31,7)	(25,9)	22,1%	(36,0)	(30,3)	19,0%
Material	(0,7)	(0,7)	-2,5%	(1,0)	(1,0)	-5,3%
Serviços de Terceiros	(14,3)	(13,1)	8,7%	(19,3)	(18,7)	2,9%
Outros	(7,8)	(1,2)	535,9%	(8,7)	(2,3)	273,8%
Total	(54,5)	(41,0)	32,8%	(64,9)	(52,3)	24,1%
Depreciação e Amortização	(47,2)	(50,4)	-6,4%	(58,5)	(61,6)	-5,0%
Total	(101,7)	(91,5)	11,2%	(123,4)	(113,9)	8,3%

EBITDA / Margem EBITDA Regulatório

O EBITDA Regulatório do 3T17 totalizou R\$ 362,6 MM, 8,4% menor que o registrado no 3T16, e uma margem EBITDA de 86,9%.

No terceiro trimestre de 2017, o EBITDA Regulatório foi 8,4% menor quando comparado ao mesmo período de 2016, em razão da redução da RAP de 2 concessões e de efeitos pontuais nos custos e despesas operacionais, conforme explicado anteriormente. Como resultado, a margem EBITDA registrou 86,9% no 3T17, redução de 3,7 pp em relação ao 3T16.

Excluindo os efeitos pontuais (acerto da revisão tarifária de reforços na TSN, ajuste da capitalização dos custos com pessoal no 3T16, rescisão de 3 executivos para contratação no regime estatutário puro, custos com a 4ª emissão de debêntures, e realocação dos custos de indenização de faixa de servidão no 3T16), a margem EBITDA Regulatória ficaria em 88,0% com uma redução de 1,4 pp em comparação ao 3T16.

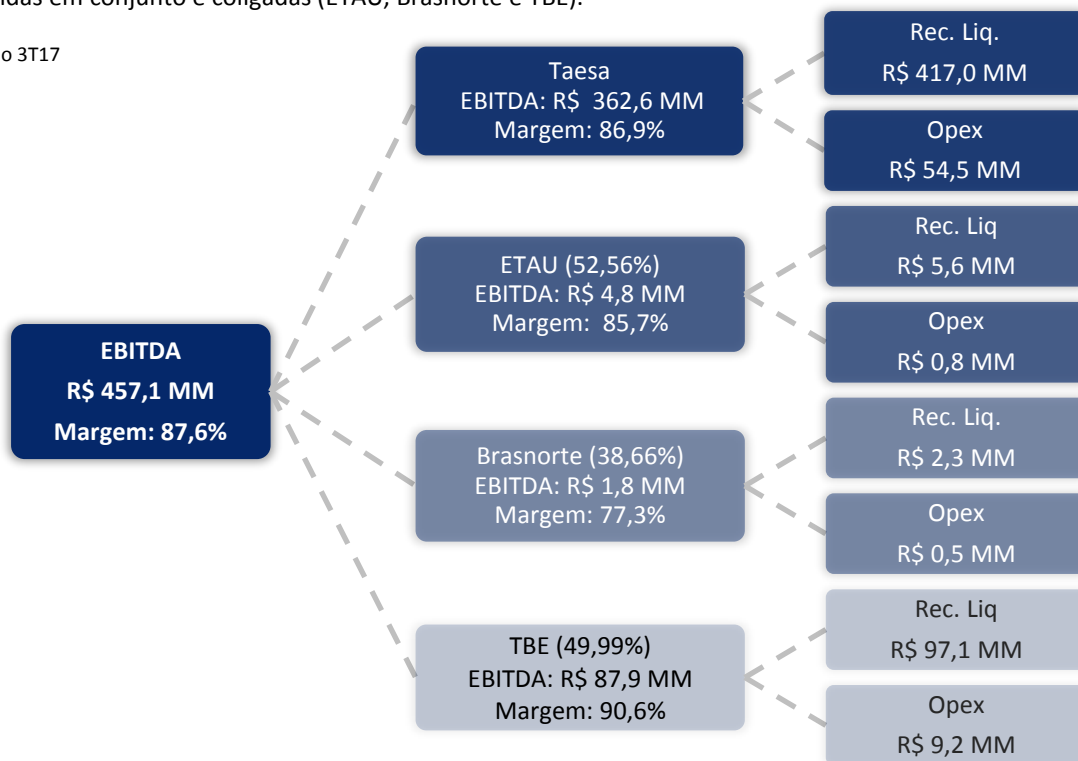
No setor de transmissão de energia, o **EBITDA Regulatório** é um importante indicador de desempenho operacional e financeiro, em virtude da sua aderência à geração de caixa operacional efetiva da Companhia.

R\$ MM	Consolidado			Consolidado e Participações		
	3T17	3T16	Var.%	3T17	3T16	Var.%
EBITDA Regulatório						
Receita Líquida	417,0	436,7	-4,5%	522,0	557,1	-6,3%
Custos e Despesas	(54,5)	(41,0)	32,8%	(64,9)	(52,3)	24,1%
EBITDA	362,6	395,7	-8,4%	457,1	504,8	-9,5%
Margem EBITDA	86,9%	90,6%	-3,7 pp	87,6%	90,6%	-3,0 pp

Composição do EBITDA Regulatório

A tabela abaixo mostra como seria o EBITDA Regulatório do 3T17 considerando todas as concessões do grupo Taesa, proporcionalmente. É importante ressaltar que o resultado consolidado conforme as normas contábeis brasileiras não inclui as investidas em conjunto e coligadas (ETAU, Brasnorte e TBE).

Valores do 3T17



Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS

O Resultado de Equivalência Patrimonial IFRS no 3T17 totalizou R\$ 14,7 MM, 73% abaixo na comparação com o 3T16, reflexo dos menores índices de inflação.

A variação de 72,8% no resultado IFRS das investidas em conjunto e coligadas, na comparação entre o terceiro trimestre de 2017 e o mesmo período de 2016, ocorreu, principalmente, devido aos menores índices macroeconômicos que corrigem monetariamente o ativo financeiro (IGP-M e IPCA registraram -1,28% e 0,20%, respectivamente, no acumulado do 3T17; e 2,02% e 1,32% no acumulado do 3T16, respectivamente). Os índices acumulados do terceiro trimestre se referem aos meses de junho, julho e agosto do ano.

R\$ MM	IFRS		
	3T17	3T16	Var%
Equivalência Patrimonial			
ETAU	0,7	2,1	-69,3%
Brasnorte	1,1	2,2	-51,8%
TBE	13,8	49,8	-72,3%
Aimorés	(0,2)	-	-
Paraguaçu	(0,3)	-	-
ERB1	(0,2)	-	-
Total Equivalência Patrimonial	14,7	54,1	-72,8%

Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatório

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatório no 3T17 totalizou R\$ 44,6 MM, 10,0% acima do 3T16.

O Resultado de Equivalência Patrimonial Regulatório foi 10,0% menor em comparação ao mesmo período de 2016, em função, principalmente, da queda na RAP em concessões da Taesa e da TBE, reversão da PV de R\$ 1,1 MM na ENTE em 2016 e dos resultados das concessões Aimorés, Paraguaçu e ERB1.

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguaçu, ERB1 e TBE é devido a amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

R\$ MM	Regulatório		
	3T17	3T16	Var%
Resultado Controladas			
ETAU	2,7	2,5	4,6%
Brasnorte	1,0	1,4	-33,5%
TBE	55,4	59,3	-6,6%
Aimorés	(0,3)	-	-
Paraguaçu	(0,3)	-	-
ERB1	(0,2)	-	-
Resultado das Controladas	58,2	63,3	-8,0%
Amortização do ágio - TBE	13,6	13,6	
Resultado de Equivalência	44,6	49,6	-10,0%

Resultado Financeiro Líquido

A despesa financeira líquida totalizou R\$ 47,4 MM no 3T17, 49,0% inferior ao 3T16.

R\$ MM	Consolidado			Consolidado e Participações		
	3T17	3T16	Var.%	3T17	3T16	Var.%
Resultado Financeiro	20,2	15,8	27,9%	22,6	18,1	24,4%
Receitas Financeiras	20,2	15,8	27,9%	22,6	18,1	24,4%
Renda de aplicação financeira	20,2	15,8	27,9%	22,6	18,1	24,4%
Despesas Financeiras	(67,6)	(108,8)	-37,8%	(80,7)	(132,7)	-39,2%
Juros incorridos	(59,2)	(83,7)	-29,2%	(71,2)	(102,9)	-30,8%
Variações monetárias e cambiais	(8,2)	(24,6)	-66,6%	(9,2)	(28,4)	-67,6%
Ajuste ao valor justo	2,1	1,7	20,7%	2,1	1,7	20,7%
Outras Despesas/Receitas Financeiras	(2,3)	(2,3)	-1,1%	(2,4)	(3,2)	-24,9%
Total	(47,4)	(93,0)	-49,0%	(58,1)	(114,6)	-49,3%

A variação positiva de 27,9% na receita financeira na comparação entre o terceiro trimestre de 2017 e o mesmo período em 2016, se deve ao maior acúmulo de caixa ao longo de 2017 em razão do menor volume de dividendos distribuídos e de amortização de principal e juros de empréstimos e financiamentos no período, tornando o caixa médio do 3T17 maior na comparação anual.

A queda anual de 29,2% na linha de juros é explicada, principalmente, pela redução da dívida bruta (em dezembro de 2016 ocorreu a amortização da 2ª e 4ª séries da 2ª emissão de debêntures) e da queda do IPCA e CDI.

Já a redução de 66,6% contra o 3T16 na linha de variações monetárias e cambiais ocorreu devido à queda do IPCA entre os períodos comparados.

O aumento na linha de ajuste ao valor justo se deu por consequência da variação da marcação a mercado da dívida 4131.

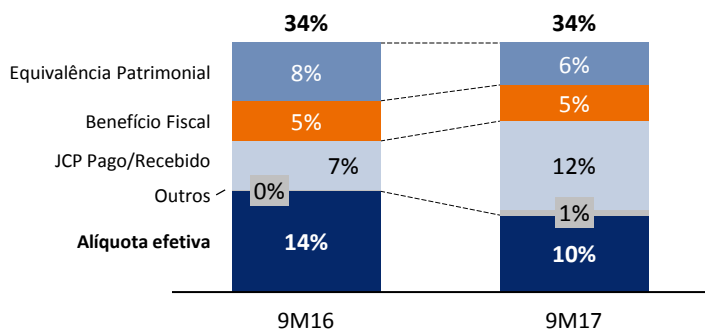
Impostos

A redução no imposto de renda e contribuição social IFRS na comparação entre o terceiro trimestre de 2017 e o mesmo período de 2016 se deve à redução do lucro líquido da Companhia. Acompanhando a redução do lucro, o benefício fiscal SUDAM/SUDENE apresentou variação negativa entre os períodos comparados, totalizando R\$ 2,1 MM no 3T17. Adicionalmente, em 2016, o benefício fiscal incluía a utilização do benefício da ATE II, que está atualmente em processo de renovação. Além disso, o resultado também foi impactado pelo pagamento de JCP no montante de R\$ 69,2 MM, o que gerou um benefício fiscal de R\$ 23,5 MM no trimestre.

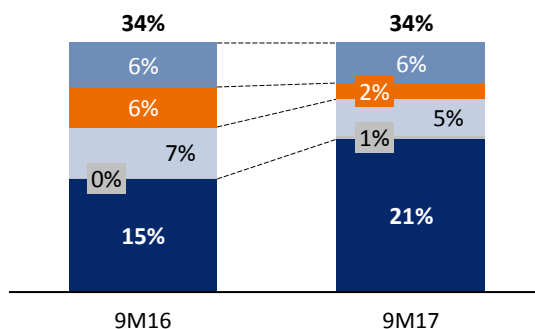
O benefício fiscal SUDAM/SUDENE tem como base de cálculo o resultado IFRS de cada concessão. Estes benefícios são incentivos fiscais conferidos pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada e reduzem em 75% o imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão.

R\$ MM	IFRS			Regulatório		
	3T17	3T16	Var%	3T17	3T16	Var%
Conciliação Imposto						
Lucro antes dos impostos	101,0	258,4	-60,9%	312,6	301,9	3,5%
IRPJ e CSLL alíquota de 34%	(34,4)	(87,8)	-60,9%	(106,3)	(102,6)	3,5%
Equivalência Patrimonial	5,0	18,4	-72,8%	15,2	16,9	-10,0%
SUDAM/SUDENE	2,1	20,4	-89,9%	2,1	20,4	-89,9%
JCP Pago/Recebido	23,5	8,3	182,4%	23,5	8,3	182,4%
Outros	0,1	(0,1)	-	1,4	0,1	890,8%
IRPJ e CSLL reconhecido resultado	(3,7)	(40,8)	-91%	(64,1)	(56,9)	13%
Alíquota efetiva	3,7%	15,8%	-12,1 pp	20,5%	18,9%	1,7 pp

Alíquota Efetiva - IFRS



Alíquota Efetiva - Regulatório



A tabela abaixo mostra o regime fiscal de cada concessão, bem como indica aquelas que possuem benefício fiscal, a data de término do benefício e a alíquota de PIS e COFINS de cada concessão.

Em julho de 2015, houve alteração da base de presunção das empresas que possuem regime fiscal “Lucro Presumido” para 32%, conforme a Lei nº 12.973.

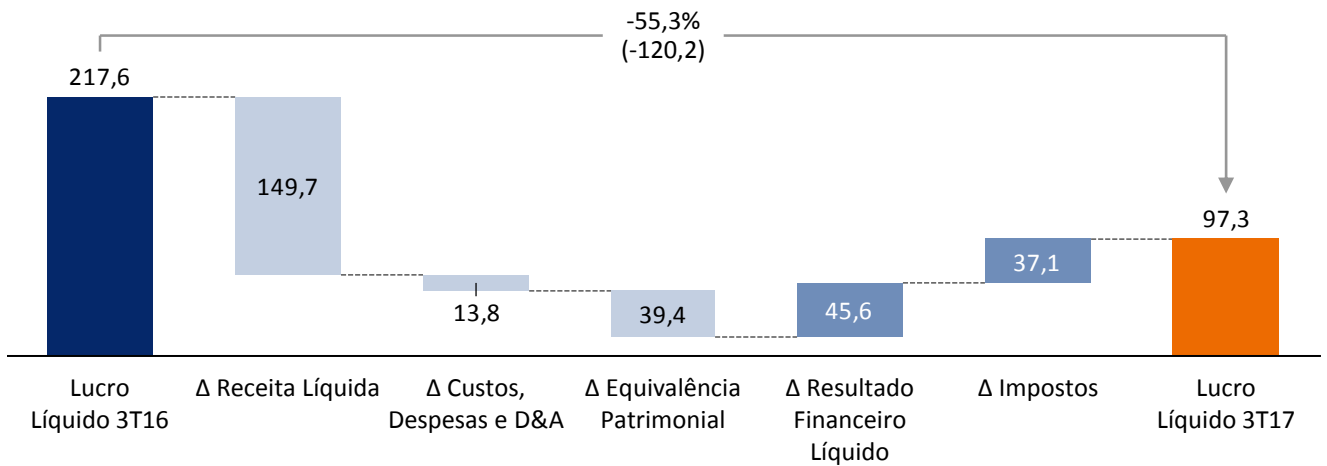
Concessão	Regime Fiscal	Benefício Fiscal	% Área	Fim	PIS	COFINS
TSN	“Real”	“Sudene”	84%	2023	0,65%	3,00%
NVT	“Real”	“Sudam”	73%	2023	0,65%	3,00%
GTESA	“Real”	“Sudene”	100%	2023	0,65%	3,00%
PATESA	“Real”	“Sudene”	100%	2025	0,65%	3,00%
Munirah	“Real”	“Sudene”	84%	2023	0,65%	3,00%
ETEO	“Real”	-	-	-	0,65%	3,00%
NTE	“Real”	Suspensão	-	-	0,65%	3,00%
STE	“Real”	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE I	“Real”	-	-	-	0,65%	3,00%
ATE II	“Real”	Em Renovação	-	-	1,65%	7,60%
ATE III	“Real”	“Sudam”	100%	2018	1,65%	7,60%
São Gotardo	“Presumido”	-	-	-	0,65%	3,00%
Mariana	“Presumido”	-	-	-	0,65%	3,00%
Miracema	“Presumido”	-	-	-	0,65%	3,00%
Janaúba	“Real”	-	-	-	1,65%	7,60%
Aimorés	“Presumido”	-	-	-	0,65%	3,00%
Paraguaçu	“Presumido”	-	-	-	0,65%	3,00%
ETAU	“Real”	-	-	-	0,65%	3,00%
BRASNORTE	“Real”	“Sudam”	100%	2020	1,65%	7,60%
EATE	“Real”	“Sudam”	100%	2023	0,65%	3,00%
ENTE	“Real”	“Sudam”	100%	2026	0,65%	3,00%
ECTE	“Real”	-	-	-	0,65%	3,00%
ETEP	“Real”	“Sudam”	100%	2025	0,65%	3,00%
ERTE	“Presumido”	-	-	-	0,65%	3,00%
LUMITRANS	“Presumido”	-	-	-	0,65%	3,00%
EBTE	“Real”	“Sudam”	100%	2020	1,65%	7,60%
ESDE	“Presumido”	-	-	-	1,65%	7,60%
STC	“Presumido”	-	-	-	0,65%	3,00%
ETSE	“Presumido”	-	-	-	0,65%	3,00%
ESTE	“Real”	-	-	-	0,65%	3,00%
ERB1	“Presumido”	-	-	-	0,65%	3,00%

Lucro Líquido

Lucro Líquido IFRS 3T17 totalizou R\$ 97,3 MM, 55,3% menor na comparação com o 3T16.

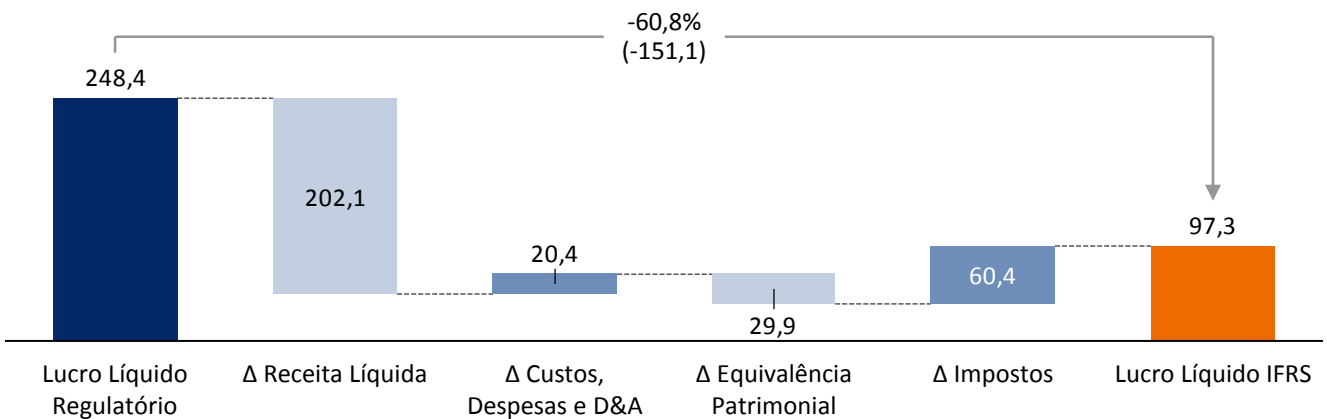
A equivalência patrimonial é incluída nas comparações, refletindo o padrão contábil.

3T17 x 3T16: IFRS – em Resumo



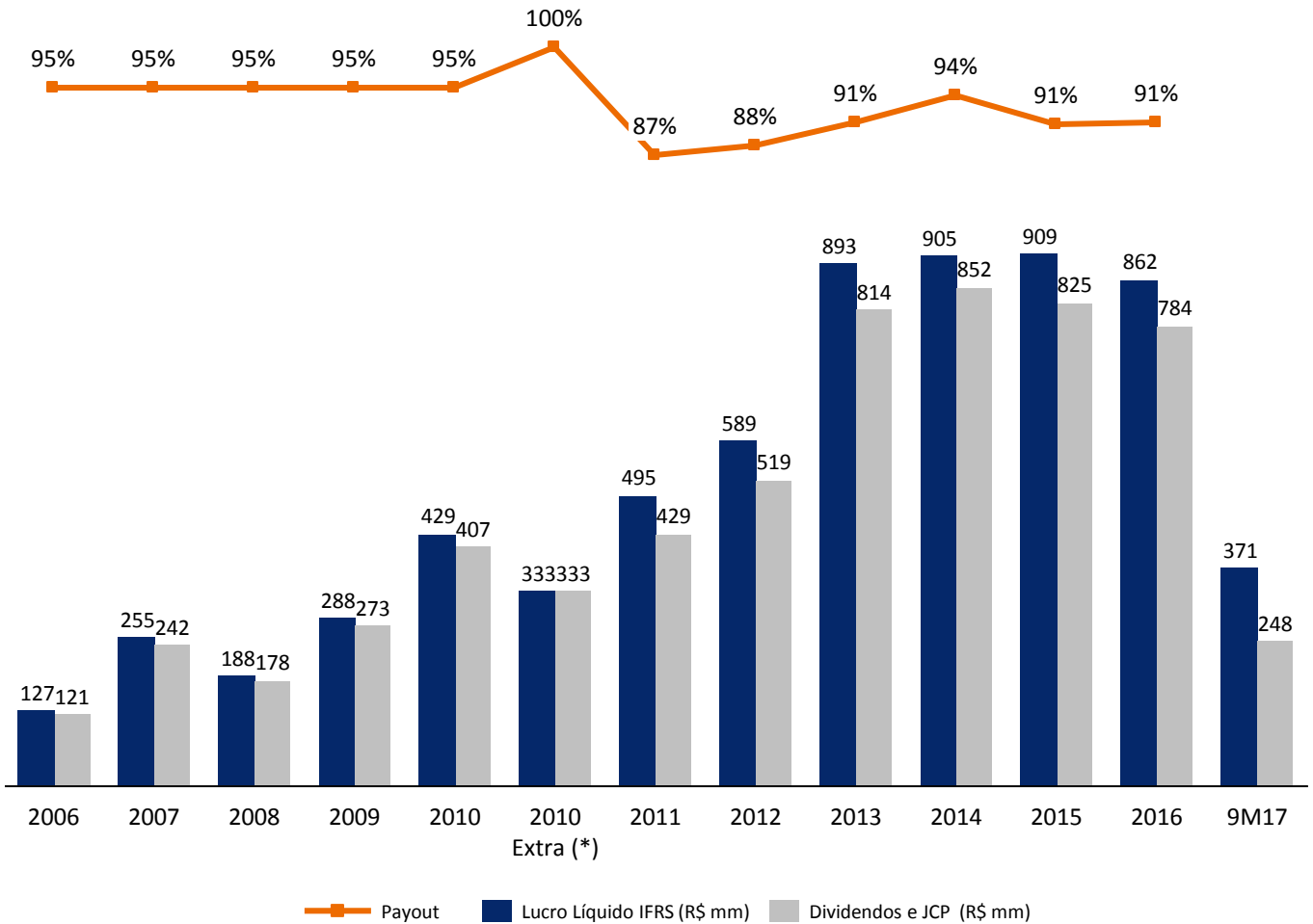
Lucro Líquido 3T17: IFRS x Regulatório

O gráfico abaixo apresenta o Lucro Líquido do 3T17, comparando os resultados em IFRS aos resultados regulatórios.



Dividendos e Juros sobre Capital Próprio

No dia 31 de agosto de 2017, a Taesa distribuiu R\$ 69,9 MM como dividendos intercalares e juros sobre capital próprio, referentes ao resultado do segundo trimestre de 2017. Esse montante foi dividido em (i) dividendos intercalares de R\$ 675 mil (aprox. R\$ 0,00196/Unit) e (ii) juros sob capital próprio de R\$ 69,2 MM (aprox. R\$ 0,2009/Unit). A aprovação ocorreu na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 11 de agosto e as ações passaram a ser negociadas “ex-dividendos e juros sobre capital próprio” a partir do dia 17 de agosto.



* Reserva do IFRS

Endividamento

A Dívida Bruta da Companhia totalizou R\$ 3.503 MM e o Caixa R\$ 1.064 MM, resultando em uma Dívida Líquida de R\$ 2.439 MM.

R\$ MM

Dívida Líquida	3T17	% Dív Bruta	2T17	% Dív Bruta	Var.	Var. %
Curto Prazo	1.057	30,2%	1.001	29,0%	57	5,7%
TJLP	0,02	0,0%	0,02	0,0%	-	1,0%
Taxa Fixa	9	0,3%	9	0,3%	-	0,0%
CDI	951	27,2%	921	26,7%	30	3,2%
IPCA	97	2,8%	70	2,0%	27	37,9%
Longo Prazo	2.446	69,8%	2.449	71,0%	(3)	-0,1%
TJLP	0,1	0,0%	0,1	0,0%	(0,01)	-7,7%
Taxa Fixa	40	1,1%	42	1,2%	(2)	-5,3%
CDI	350	10,0%	359	10,4%	(9)	-2,5%
IPCA	2.055	58,7%	2.047	59,3%	8	0,4%
Endividamento Total¹	3.503		3.449		53,5	1,6%
(-) Caixa e Aplicações ²	(1.064)		(728)		(335)	46,0%
(=) Dívida Líquida¹	2.439		2.721		(282)	-10,4%

1 - As dívidas bruta e líquida incluem o saldo dos instrumentos financeiros derivativos.

2 - O valor do caixa é a soma das linhas "Caixa e Equivalente de Caixa" e "Títulos e Valores Mobiliários".

A variação na dívida líquida entre o 3T17 e o 2T17 foi ocasionada principalmente pela geração de caixa operacional no período, acompanhada pelo efeito líquido de R\$ 44,9 MM relativos aos dividendos e JCP recebidos pelas controladas, controladas em conjunto e coligadas versus os dividendos e JCP pagos pela Companhia.

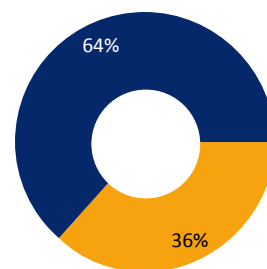
Consolidando proporcionalmente as empresas controladas em conjunto e coligadas, o total da dívida bruta seria de R\$ 4.047 MM e o caixa de R\$ 1.180 MM, considerando os seguintes valores: (i) dívidas da TBE no montante de R\$ 528,7 MM e caixa/aplicações de R\$ 107,1 MM; (ii) dívidas da ETAU no valor de R\$ 15,2 MM e caixa/aplicações de R\$ 6,9 MM; e (iii) caixa/aplicações da Brasnorte no valor de R\$ 2,2 MM.

Considerando a dívida líquida proporcional das empresas controladas em conjunto e coligadas, a relação dívida líquida sobre EBITDA ficou em 1,6x no 3T17, 24,5% menor que o 2,1x registrado no 3T16.

Dívida por Empresa (R\$ MM)

Empresa	Dívida Bruta (R\$ mil)	Caixa e Equiv. (R\$ mil)	Dívida Líquida (R\$ mil)
TAESA	3.503	1.064	2.439
Brasnorte (38,7%)	0	2	-2
ETAU (52,6%)	15	7	8
TBE (49,99%)	529	107	422
TOTAL	4.047	1.180	2.867

Estrutura de Capital Taesa (Book Value)



■ Dívida Líquida
 ■ Patrimônio Líquido

Resultados 3T17



A dívida da Taesa, das Investidas em conjunto e coligadas está detalhada na tabela abaixo, proporcionalmente.

Empresa	Credor	Índice	Principal (R\$ / mil)	Juros (R\$ / mil)	Custo	Rating da Emissão	Data Final	Amortização	Cupons por Ano
Taesa	2ª Debêntures	CDI	122.497	3.838	CDI + 1,6%	Aa1.br	Dez/2017	Anual	1
		CDI	72.497	2.271	CDI + 1,6%	Aa2.br	Dez/2017	Anual	1
	3ª Debêntures	CDI	664.930	78.410	CDI + 0,8%	Br.AAA	Out/2017	Bullet	1
		IPCA	1.090.188	50.332	IPCA + 4,85%	Br.AAA	Out/2020	Anual	1
		IPCA	965.004	46.850	IPCA + 5,10%	Br.AAA	Out/2024	Anual	1
		SWAP - CITIBANK*	CDI	350.000	6.842	114.0% CDI	-	Set/2019	Bullet
	FINAME	pré-fix	288	1	8,70%	-	Ago/2021	Mensal	12
	FINAME	TJLP	84	0	TJLP + 4,2%	-	Ago/2021	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	439	1	5,50%	-	Jul/2022	Mensal	12
	FINAME	pré-fix	13.327	14	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
FINAME	pré-fix	371,6	1	6,00%	-	Ago/2024	Mensal	12	
FINAME	pré-fix	21.892	27	3,00%	-	Jun/2023	Mensal	12	
SGT	FINAME	pré-fix	12.844	13	2,50%	-	Dez/2022	Mensal	12
ETAU	BNDES	BoC	301	1	BoC + 4%	-	Jan/2018	Mensal	12
		TJLP	1.037	4	TJLP + 4%	-	Jan/2018	Mensal	12
	1ª Debêntures	CDI	5.223	173	108% CDI	-	Dez/2019	Bullet	1
	BNDES	Selic	3.741	15	SELIC + 3,76%	-	ago/21	Monthly	12
	BNDES	TJLP	3.164	5	TJLP + 5,20%	-	ago/21	Mensal	12
FINAME	pré-fix	1.533,2	28,9	9,50%	-	Jan - 2021	Mensal	12	
EATE	2ª Debêntures	CDI	14.983	715	CDI + 0,9875%	Aaa.br	Out/2017	Semestral	2
	3ª Debêntures	CDI	62.273	200	CDI + 1,15%	-	Mar/2019	Trimestral	4
	4ª Debêntures	CDI	56.066	784	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	5ª Debêntures - 1ª	CDI	62.889	360	113% CDI	-	Set/2019	Mensal	12
	5ª Debêntures - 2ª	CDI	26.952	154	116% CDI	-	Set/2021	Mensal	12
EBTE	6ª Debêntures	CDI	34.727	35	107.75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	BNDES	TJLP	64.266	220	TJLP + 2,56%	-	Mai/2025	Mensal	12
ECTE	2ª Debêntures	pré-fix	4.663	9	4,50%	-	Nov/2019	Mensal	12
		CDI	3.818	169	CDI + 0,9875%	Aa2.br	Out/2017	Semestral	2
	4ª Debêntures	CDI	12.353	198	CDI + 2,15%	-	Mar/2020	Trimestral	4
ENTE	3ª Debêntures	CDI	14.212	14	107,75% CDI	-	Sep - 2022	Monthly	12
	2ª Debêntures	CDI	87.460	1.222	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	3ª Debêntures - 1ª	CDI	13.940	80	113% CDI	-	Set/2019	Trimestral	4
EETP	3ª Debêntures - 1ª	CDI	5.974	34	116% CDI	-	Set/2021	Trimestral	4
		CDI	24.320	340	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
ESDE	BNDES	TJLP	7.732	25	TJLP + 2,08%	-	Abr/2027	Mensal	12
		pré-fix	3.956	4	2,50%	-	Set/2022	Mensal	12
ETSE	BNDES	TJLP	6.827	22	TJLP + 2,02%	-	Nov/2028	Mensal	12
		pré-fix	5.225	7	3,50%	-	Nov/2023	Mensal	12
TRANSLESTE	BDMG	pré-fix	913	5	10,00%	-	Mar/2025	Mensal	12
		BNB	280,3	1	9,50%	-	Mar/2025	Mensal	12
		CDI	1.942	27	109,75% CDI	-	Ago/2020	Trimestral	4
	2ª Debêntures	CDI	1.487	0	107.75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
		pré-fix	19	0	4.5%	-	Jul/2020	Mensal	12
		pré-fix	754	1	3.5%	-	Jan/2024	Mensal	12
		pré-fix	224	8	4.5% + TJLP	-	Abr/2021	Mensal	12
TRANSIRAPÉ	BDMG	pré-fix	256,1	6,0	3.5% + TJLP	-	Out/2029	Mensal	12
		CDI	398	16	CDI + 0.9875%	-	Nov/2017	Semestral	2
	2ª Debentures	CDI	1.488	0	107,75% CDI	-	Set/2022	Mensal	12
	Mutuo	CDI	350	71	3.5% + TJLP	-	Nov/2017	Bullet	1
	BNDES	pré-fix	200,0	8	6.0%	-	Abr/2026	Mensal	12
TRANSUDESTE	1ª Debêntures	CDI	469	19	CDI + 0,9875%	-	Nov/2017	Semestral	2
		CDI	2.482	0	107.75% CDI	-	Set - 2022	Mensal	12
Total			3.853.255	193.582					

* A dívida foi captada em USD indexada a Libor mas, como possui um swap para CDI, foi considerado o valor final da dívida com o saldo do swap.

Detalhamento das Receitas IFRS

A **Remuneração do Ativo Financeiro** é o resultado da multiplicação do saldo do Ativo Financeiro por uma taxa de retorno. A **Correção Monetária do Ativo Financeiro** é o reconhecimento mensal dos efeitos inflacionários. No DRE, a **Remuneração do Ativo Financeiro**, a **Correção Monetária do Ativo Financeiro** e a **Receita de Construção** são contabilizadas na Receita, como mostrado na tabela abaixo.

A **Receita de O&M** é um valor anualmente ajustado pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP. A **Parcela Variável**, PV, é a penalidade decorrente da indisponibilidade das linhas (ver detalhe na página 6).

R\$ MM	3T17					
	Concessão	Remuneração Ativo Financeiro	Correção Monetária Ativo F.	Construção	O&M	PV
NVT		39,9	(10,1)	(0,0)	27,9	(1,3)
TSN		16,9	(5,0)	(0,1)	51,7	(0,1)
MUN		2,4	(0,8)	-	3,5	-
GTE		0,7	(0,2)	-	0,5	0,0
PAT		2,2	(1,0)	-	1,2	-
ETE		8,4	(3,7)	-	10,6	(0,2)
ETA		1,0	(0,9)	0,3	1,6	(0,0)
BRA		1,5	0,2	-	0,3	(0,1)
NTE		12,9	(3,3)	0,0	8,6	(0,6)
STE		7,3	(2,9)	0,1	3,6	(0,1)
ATE		15,0	(6,7)	0,0	6,6	1,3
ATE II		19,9	(10,2)	(0,1)	14,9	(0,1)
ATE III		10,0	0,1	0,3	10,4	(0,8)
São Gotardo		0,9	0,1	-	0,4	(0,0)
EATE		14,3	(9,6)	-	4,8	(0,5)
EBTE		3,5	0,7	-	2,1	(0,1)
ECTE		1,1	(0,8)	-	0,4	-
ENTE		8,9	(6,6)	-	2,4	(1,5)
ERTE		1,9	(1,6)	-	0,9	(0,0)
ETEP		2,8	(2,0)	-	1,5	-
Lumitrans		0,9	(0,8)	-	0,3	0,0
STC		1,0	0,2	-	0,7	-
ESDE		1,1	0,1	-	0,3	-
ETSE		0,5	0,1	-	0,3	-
ESTE		0,1	-	0,4	0,0	-
Mariana		0,7	-	12,6	0,0	-
Miracema		0,5	-	2,7	0,0	-
Janaúba		0,1	-	0,8	0,0	-
ERB1		0,0	-	-	0,0	-
Total		176,7	(65,1)	16,9	155,3	(3,9)

O valor consolidado é soma de cada concessão ponderada pela participação da Taesa

Movimentação do Ativo Financeiro



R\$ MM

Concessão	Ativo Financeiro 3T17	Taxa Anual	O&M Mensal (R\$ MM) ciclo 16-17	RAP ³ (R\$ MM) ciclo 17-18	Término Concessão	Redução da RAP
NVT	1.155	14,2%	9,3	517,2	dez-30	jun-18
TSN	474	11,0%	16,2	397,9	dez-30	jun-18
TSN Reforço	171	10,0%	1,1	30,0	dez-30	Não
MUN	79	12,4%	1,2	36,5	fev-34	out-20
GTE	25	11,0%	0,2	9,4	jan-32	ago-18
PAT	113	11,1%	0,4	25,0	dez-32	set-19
ETE	334	10,5%	3,5	88,1	mai-30	out-16
ETA	92	3,5%	0,5	24,2	dez-32	abr-20
BRA ¹	115	5,1%	0,1	8,2	mar-38	Não
BRA ¹ Reforço	5	5,7%	0,0	1,8	mar-38	Não
NTE	358	14,9%	2,9	153,4	jan-32	jan-19
STE	287	10,2%	1,2	81,6	dez-32	jul-19
ATE I	640	9,6%	2,2	149,0	fev-34	dez-20
ATE II	960	8,5%	5,0	230,3	mar-35	jan-22
ATE III ¹	562	6,7%	3,1	108,4	abr-36	mar-23
ATE III ¹ Reforço	44	7,2%	0,4	7,9	abr-36	Não
São Gotardo ¹	38	9,8%	0,1	5,2	set-42	Não
EATE	877	6,6%	1,6	177,1	jun-31	mar-18
EBTE ¹	398	3,6%	0,7	34,3	out-38	Não
ECTE	71	6,1%	0,1	9,1	nov-30	mar-17
ENTE	604	5,9%	0,8	112,5	dez-32	fev-20
ERTE	147	5,3%	0,3	25,3	dez-32	set-19
ETEP	180	6,4%	0,5	28,2	jun-31	ago-17
Lumitrans	73	5,1%	0,1	10,6	fev-34	out-22
STC ¹	91	4,9%	0,2	17,6	abr-36	nov-22
ESDE ¹	50	9,5%	0,1	6,5	nov-39	Não
ETSE ¹	38	5,4%	0,1	3,7	mai-42	Não
Transleste	8	5,2%	0,1	2,0	fev-34	dez-20
Transirapé	8	4,4%	0,0	1,7	mar-35	fev-22
Transudeste	5	5,0%	0,0	1,3	mar-35	mai-22
ESTE	2	17,2%	-	52,3	fev-47	mai-22
Mariana ^{1 2}	58	5,7%	-	14,3	mai-44	mai-22
Miracema ²	23	14,0%	-	63,5	jun-46	mai-22
Janaúba	4	13,0%	-	180,9	fev-47	mai-22
Aimorés	1	12,1%	-	37,0	fev-47	mai-22
Paraguaçu	1	13,6%	-	55,2	fev-47	mai-22
ERB1	4	8,6%	-	138,5	ago-47	mai-22
Total	8.095		52	2.846		

¹ As RAPs precisam ser adicionadas de PIS/COFINS

² em construção

³ A RAP do Ativo financeiro não considera Rede Básica de Fronteira e DIT (Exclusivo)

DRE 3T17

R\$ 000 DRE	IFRS			Regulatório		
	3T17	3T16	Var%	3T17	3T16	Var%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA						
Disponibilização do sistema de transmissão	-	-	-	463.050	480.760	-3,7%
Operação e Manutenção	139.790	137.485	1,7%	-	-	
Remuneração do Ativo Financeiro	137.938	161.914	-14,8%	-	-	
Ativo Financeiro - Correção Monetária	(43.794)	86.639	-	-	-	
Construção	16.166	19.824	-18,5%	-	-	
Outras Receitas	(4.093)	1.439	-	(4.093)	1.439	-
Parcela Variável	(1.733)	(1.870)	-7,3%	(1.733)	(1.870)	-7,3%
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	244.274	405.431	-39,7%	457.224	480.329	-4,8%
PIS e COFINS	(9.504)	(19.810)	-52,0%	(20.333)	(22.593)	-10,0%
ISS	(37)	(24)	54,2%	(37)	(24)	54,2%
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA	(19.834)	(20.986)	-5,5%	(19.834)	(20.986)	-5,5%
Deduções da receita operacional bruta	(29.375)	(40.820)	-28,0%	(40.204)	(43.603)	-7,8%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	214.899	364.611	-41,1%	417.020	436.726	-4,5%
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS						
Pessoal	(31.654)	(25.930)	22,1%	(31.654)	(25.930)	22,1%
Material	(26.530)	(26.429)	0,4%	(710)	(728)	-2,5%
Serviços de Terceiros	(14.273)	(13.127)	8,7%	(14.273)	(13.127)	8,7%
Depreciação e Amortização	(949)	(706)	34,4%	(47.218)	(50.439)	-6,4%
Outras despesas Operacionais	(7.815)	(1.229)	535,9%	(7.815)	(1.229)	535,9%
Custos e Despesas	(80.272)	(66.715)	20,3%	(54.452)	(41.014)	32,8%
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	133.678	297.190	-55,0%	315.350	345.273	-8,7%
Resultado de equivalência patrimonial	14.735	54.127	-72,8%	44.590	49.563	-10,0%
Renda de aplicação financeira	20.216	15.809	27,9%	20.216	15.809	27,9%
Despesas financeiras	(67.600)	(108.770)	-37,9%	(67.600)	(108.769)	-37,8%
Empréstimos e Financiamentos	10.932	(14.627)	-174,7%	10.932	(14.627)	-174,7%
- Juros incorridos	(3.328)	(2.839)	17,2%	(3.328)	(2.839)	17,2%
- Variação cambial	10.198	1.887	440,4%	10.198	1.887	440,4%
- Ajuste ao valor justo	4.062	(13.675)	-129,7%	4.062	(13.675)	-129,7%
Instrumentos financeiros derivativos	(18.218)	2.072	-	(18.218)	2.073	-
- Juros incorridos	(6.068)	(11.462)	-47,1%	(6.068)	(11.462)	-47,1%
- Variação cambial	(10.197)	(1.887)	440,4%	(10.197)	(1.887)	440,4%
- Ajuste ao valor justo	(1.953)	15.421	-	(1.953)	15.422	-
Debêntures	(58.060)	(93.936)	-38,2%	(58.060)	(93.936)	-38,2%
- Juros incorridos	(49.848)	(69.360)	-28,1%	(49.848)	(69.360)	-28,1%
- Variações monetárias	(8.212)	(24.576)	-66,6%	(8.212)	(24.576)	-66,6%
Outras Receitas (Despesas) Financeiras	(2.254)	(2.279)	-1,1%	(2.254)	(2.279)	-1,1%
Resultado Financeiro	(47.384)	(92.961)	-49,0%	(47.384)	(92.960)	-49,0%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	101.029	258.356	-60,9%	312.556	301.876	3,5%
Imposto de renda e contribuição social	(3.704)	(40.800)	-90,9%	(64.128)	(56.924)	12,7%
RESULTADO DO EXERCÍCIO	97.325	217.556	-55,3%	248.428	244.952	1,4%
EBITDA	134.627	297.896	-54,8%	362.568	395.712	-8,4%
Margem EBITDA	62,6%	81,7%	-19,1 pp	86,9%	90,6%	-3,7 pp

DRE IFRS 3T17

R\$ 000	IFRS	TAESA	ETAU	Brasnorte	TBE	Aimorés	Paraguaçu
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão						-	-
Operação e Manutenção		139.790	1.562	301	13.650	-	-
Remuneração do Ativo Financeiro		137.938	990	1.511	36.278	10	13
Ativo Financeiro - Correção Monetária		(43.794)	(929)	164	(20.497)	-	-
Construção		16.166	331	-	382	90	143
Outras Receitas		(4.093)	670	209	3.009	-	-
Parcela Variável		(1.733)	(19)	(118)	(2.066)	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		244.274	2.605	2.067	30.756	100	156
PIS e COFINS		(9.504)	(91)	(162)	(1.523)	(9)	(15)
ISS		(37)	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(19.834)	(223)	(106)	(4.146)	-	-
Deduções da receita operacional bruta		(29.375)	(314)	(268)	(5.669)	(9)	(15)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		214.899	2.291	1.799	25.087	91	141
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS		(81.221)	(1.097)	(522)	(10.176)	(336)	(410)
Pessoal		(31.654)	(9)	(299)	(4.087)	(179)	(203)
Material		(26.530)	(305)	(17)	(1.003)	(82)	(130)
Serviços de Terceiros		(14.273)	(777)	(171)	(4.037)	(64)	(65)
Depreciação e Amortização		(949)	-	-	(238)	-	-
Outras despesas Operacionais		(7.815)	(6)	(35)	(811)	(11)	(12)
Custos e Despesas		(80.272)	(1.097)	(522)	(9.938)	(336)	(410)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		133.678	1.194	1.277	14.912	(245)	(269)
Resultado de equivalência patrimonial		14.735	-	-	505	-	-
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS							
Renda de aplicação financeira		20.216	163	42	2.153	-	-
Despesas financeiras		(67.600)	(364)	(19)	(12.705)	-	(1)
Empréstimos e Financiamentos		10.932	(254)	-	(1.796)	-	-
Variações monetárias e cambiais		-	-	-	(942)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		(18.218)	-	-	-	-	-
Debêntures		(58.060)	(132)	-	(9.850)	-	-
Outras Receitas (Despesas) Financeiras		(2.254)	22	(19)	(118)	-	(1)
Resultado Financeiro		(47.384)	(201)	23	(10.552)	-	(1)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		101.029	993	1.300	4.865	(245)	(270)
Imposto de renda e contribuição social		(3.704)	(335)	(232)	8.903	(3)	(3)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		97.325	658	1.068	13.768	(248)	(273)
EBITDA		134.627	1.194	1.277	15.150	(245)	(269)
Margem EBITDA		62,6%	52,1%	71,0%	60,4%	-269,2%	-190,8%

DRE Regulatório 3T17

R\$ 000	Regulatório	TAESA	ETAU	Brasnorte	TBE	Aimorés	Paraguaçu
RECEITA OPERACIONAL BRUTA							
Disponibilização do sistema de transmissão		463.050	5.375	2.518	104.739	-	-
Outras Receitas		(4.093)	670	209	3.009	-	-
Parcela Variável		(1.733)	(19)	(118)	(2.066)	-	-
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA		457.224	6.026	2.609	105.682	-	-
PIS e COFINS		(20.333)	(220)	(223)	(4.437)	-	-
ISS		(37)	-	-	-	-	-
Quota para RGR, P&D, TFSEE, CDE e PROINFA		(19.834)	(223)	(106)	(4.146)	-	-
Deduções da receita operacional bruta		(40.204)	(443)	(329)	(8.582)	-	-
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		417.020	5.583	2.280	97.100	-	-
CUSTOS DOS BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS							
Pessoal		(31.654)	(9)	(299)	(4.087)	(179)	(203)
Material		(710)	(5)	(13)	(229)	-	-
Serviços de Terceiros		(14.273)	(777)	(171)	(4.037)	(64)	(65)
Depreciação e Amortização		(47.218)	(558)	(648)	(10.060)	-	-
Outras despesas Operacionais		(7.815)	(6)	(34)	(812)	(11)	(12)
Custos e Despesas		(54.452)	(797)	(517)	(9.165)	(254)	(280)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		315.350	4.228	1.115	77.875	(254)	(280)
Resultado de equivalência patrimonial		44.590			486	-	-
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS							
Renda de aplicação financeira		20.216	163	42	2.153	-	-
Despesas financeiras		(67.600)	(364)	(19)	(12.795)	-	(1)
Empréstimos e Financiamentos		10.932	(254)	-	(1.796)	-	-
Variações monetárias e cambiais		-	-	-	(942)	-	-
Instrumentos financeiros derivativos		(18.218)	-	-	-	-	-
Debêntures		(58.060)	(132)	-	(9.850)	-	-
Outras Receitas (Despesas) Financeiras		(2.254)	22	(19)	(207)	-	(1)
Resultado Financeiro		(47.384)	(201)	23	(10.642)	-	(1)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		312.556	4.027	1.138	67.720	(254)	(281)
Imposto de renda e contribuição social		(64.128)	(1.367)	(177)	(12.326)	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO		248.428	2.660	961	55.394	(254)	(281)
EBITDA		362.568	4.786	1.763	87.935	(254)	(280)
Margem EBITDA		86,9%	85,7%	77,3%	90,6%	0%	0%

A diferença entre o resultado de equivalência patrimonial na Taesa e a soma do resultado da ETAU, Brasnorte, Aimorés, Paraguaçu e TBE é devido a amortização do ágio oriundo da alocação do preço pago pela aquisição da TBE.

Reconciliação do EBITDA

Reconciliação do EBITDA exclui o impacto ocasionado pela equivalência patrimonial no resultado da Companhia.

R\$ MM	IFRS		
	3T17	3T16	Var. %
Reconciliação EBITDA			
Lucro Líquido	97,3	217,6	-55,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	3,7	40,8	-90,9%
Despesas Financeiras Líquidas	47,4	93,0	-49,0%
Depreciação e Amortização	0,9	0,7	34,4%
Resultado de equivalência	(14,7)	(54,1)	-72,8%
EBITDA	134,6	297,9	-54,8%
Margem EBITDA	62,6%	81,7%	-19,1 pp

R\$ MM	Regulatório		
	3T17	3T16	Var. %
Reconciliação EBITDA			
Lucro Líquido	248,4	245,0	1,4%
Imposto de Renda e Contribuição Social	64,1	56,9	12,7%
Despesas Financeiras Líquidas	47,4	93,0	-49,0%
Depreciação e Amortização	47,2	50,4	-6,4%
Resultado de equivalência	(44,6)	(49,6)	-10,0%
EBITDA	362,6	395,7	-8,4%
Margem EBITDA	86,9%	90,6%	-3,7 pp

Balço Patrimonial

R\$ 000 Balço	IFRS 3T17	Ajuste	Regulatório 3T17
Ativo			
Caixa e equivalentes de Caixa	41.876	-	41.876
Títulos e valores mobiliários	1.017.695	-	1.017.695
Clientes	165.172	-	165.172
Ativo Financeiro	1.123.230	1.123.230	-
Impostos e contribuições sociais	73.048	-	73.048
Dividendos e JCP a Receber	14.207	-	14.207
Outros Ativos Circulantes	52.426	-	52.426
Total do Ativo Circulante	2.487.654	1.123.230	1.364.424
Títulos e valores mobiliários	4.067	-	4.067
Ativo Financeiro	4.202.280	4.202.280	-
Impostos e Contribuições Sociais Diferidos	112	(495.650)	495.762
Impostos e Contribuições Sociais	26	-	26
Investimento	1.650.711	164.875	1.485.836
Clientes	13.660	-	13.660
Depósitos Judiciais	23.631	-	23.631
Outras contas a receber	18.548	-	18.548
Imobilizado	21.783	(4.020.765)	4.042.548
Intangível	26.820	(130.207)	157.027
Total do Ativo Não Circulante	5.961.638	(279.467)	6.241.105
Total do Ativo	8.449.292	843.763	7.605.529
Passivo			
Fornecedores	17.923	-	17.923
Impostos e contribuições sociais	102.257	-	102.257
Empréstimos e financiamentos	9.121	-	9.121
Debêntures	1.041.481	-	1.041.481
Dividendos a pagar	5	-	5
Taxas regulamentares	74.863	-	74.863
Outras contas a pagar	33.462	-	33.462
Total do Passivo Circulante	1.279.112	-	1.279.112
Empréstimos e financiamentos	348.232	-	348.232
Debêntures	2.055.334	-	2.055.334
Instrumentos financeiros derivativos	48.790	-	48.790
Impostos e contribuições sociais diferidos	98.835	(189.374)	288.209
Tributos diferidos	279.394	279.394	-
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	14.237	-	14.237
Obrigações Especiais	-	(12.896)	12.896
Outras contas a pagar	69.807	-	69.807
Total do Passivo Não Circulante	2.914.629	77.124	2.837.505
Patrimônio Líquido			
Capital social Realizado	3.042.035	-	3.042.035
Reserva de Capital	594.507	-	594.507
Reserva de Lucros	496.328	-	496.328
Dividendos intercalares e JCP	(248.045)	(248.045)	-
Prejuízos Acumulados	-	1.428.180	(1.428.180)
Resultado do período	370.726	(413.496)	784.222
Total do Patrimônio Líquido	4.255.551	766.639	3.488.912
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	8.449.292	843.763	7.605.529

Balço Patrimonial TBE

R\$ 000	IFRS		Regulatório
Balço	3T17	Ajuste	3T17
Ativo			
Caixa e equivalentes de Caixa	97.759	-	97.759
Clientes	37.865	-	37.865
Ativo Financeiro	331.109	(331.109)	
Impostos e contribuiões sociais	12.079	-	12.079
Outros Ativos Circulantes	18.300	-	18.300
Total do Ativo Circulante	497.111	(331.109)	166.002
		0	
Títulos e valores mobiliários	2.313	-	2.313
Ativo Financeiro	2.196.064	(2.196.064)	
Investimento	19.630	(7.059)	12.571
Outras contas a receber	15.405	(5.148)	10.257
Imobilizado	5.986	934.718	940.704
Total do Ativo Não Circulante	2.239.398	(1.273.554)	965.845
Total do Ativo	2.736.510	(1.604.663)	1.131.847
Passivo			
Fornecedores	11.707	-	11.707
Impostos e contribuiões sociais	38.971	-	38.971
Empréstimos e financiamentos	13.592	-	13.592
Debêntures	123.856	-	123.856
Dividendos a pagar	2.959	-	2.959
Taxas regulamentares	20.595	-	20.595
Outras contas a pagar	39.816	-	39.816
Total do Passivo Circulante	251.496	-	251.496
Empréstimos e financiamentos	79.079	-	79.079
Debêntures	296.117	-	296.117
Tributos diferidos	619.463	(617.039)	2.424
Provisões fiscais. Previdenciárias. trabalhistas e cíveis	213	-	213
Outras contas a pagar	2.102	1	2.103
Total do Passivo Não Circulante	996.974	(617.038)	379.936
Patrimônio líquido			
Capital social Realizado	642.426	-	642.426
Reserva Legal	98.962	-	98.962
Reserva de Lucros	681.164	(1.073.875)	(392.711)
Resultado do período	65.486	86.251	151.737
Total do Patrimônio Líquido	1.488.039	(987.624)	500.415
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	2.736.510	(1.604.663)	1.131.847

O Balço da TBE acima não é auditado.

Fluxo de Caixa

Fluxo de Caixa (R\$ 000)	3T17
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Resultado do Período	370.726
Ajustes para:	
Resultado de equivalência patrimonial	(70.800)
Depreciação e amortização	2.573
Provisões fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	4.685
Juros e variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	567
Juros e variações monetárias sobre debêntures	192.578
Instrumentos financeiros derivativos	26.360
Imposto de renda e contribuição social	112.937
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(69.908)
Tributos diferidos	(28.772)
Remuneração do ativo financeiro	(442.863)
Correção monetária do ativo financeiro	69.675
Receita de construção	(35.139)
Provisão de Parcela Variável	991
Custo de construção	624
	134.234
Variações nos ativos e passivos:	
Redução nas contas a receber concessionárias e permissionárias e no ativo financeiro de concessão	1.007.415
(Aumento) no saldo de impostos e contrib.sociais ativos líquido do passivo	(10.017)
(Aumento) no saldo de outra contas a receber	(16.036)
(Redução) no saldo de fornecedores	(19.692)
Aumento no saldo de taxas regulamentares	7.795
(Redução) no saldo de outras contas a pagar	(48.115)
Dividendos e JCP recebidos das controladas em conjunto e coligadas	155.605
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.211.189
Imposto de renda e contribuição social pagos	(34.734)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.176.455
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	
(Aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários	(756.348)
Adições e baixas no imobilizado e intangível	(4.494)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(760.842)
Fluxo de Caixa das atividades de financiamentos	
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(6.775)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - juros	(9.633)
Pagamento de debêntures - juros	(13.026)
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos - juros	(23.045)
Pagamento de dividendos e JCP	(422.762)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(475.241)
Saldo inicial do caixa e equivalentes de caixa	101.505
Saldo final do caixa e equivalentes de caixa	41.876
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	(59.629)

Aviso Legal

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conjugadas com a legislação específica emanada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A ANEEL, enquanto órgão regulador, tem poderes para regular as concessões.

As afirmações contidas neste documento relacionadas a perspectivas sobre os negócios, projeções sobre resultados operacionais e financeiros e aquelas relacionadas a perspectivas de crescimento da Taesa são meramente projeções e, como tais, são baseadas exclusivamente nas expectativas da diretoria sobre o futuro dos negócios. Essas expectativas dependem, substancialmente, de mudanças nas condições de mercado, do desempenho da economia brasileira, do setor e dos mercados internacionais e, portanto, sujeitas à mudanças sem aviso prévio.

EBITDA:

O EBITDA é o lucro líquido antes dos impostos, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação, amortização e receitas. O EBITDA não é reconhecido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representam um fluxo de caixa para os períodos apresentados e não devem ser considerados como um lucro líquido alternativo. O EBITDA apresentado é utilizado pela Taesa para medir o seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam o EBITDA como um indicador de seu desempenho operacional.

Dívida líquida:

A "Dívida líquida" não é reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e nem pelo IFRS, não representa um fluxo de caixa para os períodos apresentados. A Dívida líquida apresentada é utilizada pela Taesa para medir o seu próprio desempenho. A Taesa entende que alguns investidores e analistas financeiros usam a Dívida líquida como um indicador de seu desempenho financeiro.